

O QUE É? (conceitos/definições)

McDonald, Bammer e Deane (2009) defendem também que as possibilidades de uso da metodologia vão além da gestão participativa, podendo ser utilizada como técnica facilitadora de um diálogo entre um médio ou grande número de pessoas. O produto desse diálogo, entendido tanto como o relatório final mas também como o câmbio e a exposição de ideias, pode auxiliar grandemente na apreensão de conhecimento sobre aquilo que se dialoga. Conhecimento este não limitado pela academia, mas caracterizado pela experiência de diversos atores sociais ligados à questão em pauta. A produção e coleta de tais informações, segundo os autores, pode ser de grande valia para a ciência à medida em que melhora a qualidade do estudo, aproximando-o da realidade.

COMO SURTIU? (contexto histórico)

A metodologia *Consensus Conference* foi desenvolvida na década de 1980 Danish Board of Technology (Painel Dinamarquês de Tecnologia) com base em um evento realizado em 1977 pela US NIH (Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos). A principal alteração realizada pelo órgão dinamarquês foi a retirada da possibilidade de especialistas no tema discutido comporem o painel de cidadãos, fazendo com que este seja exclusivo de cidadãos “comuns” (HENDRIKS, 2005; MCDONALD; BAMMER; DEANE, 2009).

COMO É? (as características essenciais, estrutura e dinâmica, permitindo a classificação (tipologia))

Um processo de *consensus conference* pode ser definido como

“um evento grandemente estruturado, organizado para envolver cidadãos leigos, afastados da vida política, em deliberações sobre temas importantes e complexos de natureza social, tecnológica, de planejamento ou de políticas, integrando suas avaliações às decisões.” (MCDONALD; BAMMER; DEANE, 2009. Tradução própria.).

De acordo com o site austríaco *Participation & Sustainable Development in Europe*, a metodologia de participação intitulada de “Consensus conference” deverá ser desenvolvida junto a um grupo de 10 a 30 participantes, buscando compô-lo da forma mais representativa o possível do todo. Isso significa que deverá haver uma diversidade de gêneros, idades, etnias,

níveis escolares e profissões o mais próxima o possível da variedade real encontrada na localidade sobre a qual se está deliberando. A seleção dos integrantes deve ser feita de forma que as partes sejam estatisticamente significantes em relação ao todo, tendo em vista o pequeno número indicado de participantes.

A metodologia se divide em duas etapas principais: a fase preparatória e a conferência. Na fase preparatória, com duração recomendada de dois finais de semana, o grupo deverá compreender a questão sobre a qual discutirá na conferência, valendo-se de relatórios oficiais, notícias jornalísticas, estudos científicos e outros documentos os quais possam levantar informações relevantes sobre o assunto. Durante este estudo, os participantes podem também preparar questões e dúvidas a serem apresentadas na conferência.

Após os preparativos, a conferência propriamente dita ocorrerá em três ou quatro dias consecutivos. Nos dois primeiros dias de conferência, as questões pertinentes ao tema devem ser aprofundadas aos participantes por especialistas previamente selecionados (pelo próprio grupo de cidadãos, preferencialmente) por meio de diálogos, apresentações e respostas às dúvidas previamente elaboradas. Ainda durante esses dois dias, o grupo de cidadãos tem a opção de se organizar em uma reunião privada para elaborar mais dúvidas, questionamentos e mal-entendidos a serem resolvidos com os especialistas.

Finalmente, nos dois últimos dias, o grupo de cidadãos elaborará um relatório contendo o consenso construído após as discussões e eventuais recomendações para a tomada de decisões, devendo o documento ser encaminhado às autoridades competentes e apresentado a elas por meio de audiência pública. Este relatório final deve ser obrigatoriamente considerado, se não acatado, pelas autoridades tomadoras de decisões. Diante da não adequação das decisões às recomendações sistematizadas no documento, explicações deverão ser publicamente dadas sobre o porquê optaram por não seguir o recomendado pela população. A duração total do processo é de, aproximadamente, três meses.

A atuação de uma pessoa como facilitadora no processo é elemento central, devendo ela não ser, assim como os outros cidadãos, especialista no assunto em questão. A pessoa facilitadora deve, porém, possuir boas habilidades de lidar com o grupo e ser capacitada em práticas pedagógicas.

POR QUE? (fundamentos)

Hendriks (2005) afirma ser o fundamento da *Consensus conference* os princípios democráticos de direito igualitário à participação. Segundo a autora, a obrigatoriedade da

metodologia de compor o grupo de cidadãos por pessoas “leigas” nos temas debatidos é essencial para levar às discussões às pessoas que realmente precisam de incentivos externos para exercer seu direito democrático de participar.

PARA QUE? (finalidade e aplicabilidade)

O método é indicado para processos de decisão coletiva ou de consulta à população, além de objetivar propor a troca de conhecimentos entre especialistas, cidadãos comuns, poder público, iniciativa privada e outros atores que não dialogam com frequência entre si. Por estar voltado ao consenso, pode ser aplicado a casos em que decisões acerca de questões controversas precisam ser tomadas. Na Europa, o método foi utilizado para deliberação em assuntos como ética nos avanços da biomedicina e da neurociência, políticas energéticas, tecnologia de transgenia, dentre outros assuntos, caracterizando a aplicação das *consensus conferences* pela sua heterogeneidade.

ONDE? (situa geograficamente as experiências)

Na Suíça, por exemplo, houve a realização de diversos “PubliForum”, evento nacional de debates baseado na técnica de *consensus conference*.

No ano de 1999, o país realizou um PubliForum (chamado *Gene Technology and Nutrition*) para discutir a questão da manipulação genética aplicada aos alimentos, notando-se que, na época, a população suíça aceitava relativamente bem a questão da engenharia genética quando utilizada em prol da medicina, mas possuía restrições em suas aplicabilidades na nutrição (SKORUPINSKI *et al.*, 2006). Os autores apontam que o evento, antes pensado apenas para informar a população acerca dos aspectos tecnológicos discutidos, mostrou-se uma ferramenta de levantamento qualitativo dos posicionamentos da população, mas não só: pôde-se apreender que a metodologia gerava resultados valiosos para a administração pública, de forma que foi apontada como instrumento de gestão participativa.

Em um âmbito internacional generalizado, a utilização da técnica de *Consensus conference* ocorre com frequência associada a temas de saúde (GUPTA; SANKAR; LODHA E KABRA, 2018; DAWSON *et al.* 2016; LEVEY *et al.*, 2020; DAWSON *et al.*, 2019; JUODZBALYS, 2019; COELHO; ZATERKA, 2005).

QUAIS RESULTADOS? (dificuldades e conquistas/consequências)

Hendriks (2005) aponta que quando os cidadãos, escolhidos de forma a criar um grupo estatisticamente relevante de acordo com o todo da localidade, são individualmente

convidados a participar, eles acabam, geralmente, escolhendo por participar. Relatórios da aplicação da *Consensus conference* também indicam, segundo a autora, comprometimento por parte dos cidadãos para debater as questões necessárias e aprender sobre o assunto. Como resultado, acabam por entender diversos aspectos da questão em discussão e sentem-se seguros para formar uma opinião sobre.

Os processos de *Consensus conference* ainda podem ter grande impacto na vida dos participantes, havendo demonstrações de mudanças positivas até na autoestima dos cidadãos. Também impactam a vida social deles à medida que podem proporcionar oportunidades para suas afiliações em organizações e entidades públicas. Além disso, esses impactos positivos também promovem a própria democracia, tendo em vista que o cidadão que teve uma boa experiência no processo participativo provavelmente a compartilhará com amigos, familiares, colegas de trabalho e outras pessoas dentro de seu círculo social, possivelmente instigando-os à participação (HENDRIKS, 2005).

REFERÊNCIAS

COELHO, L. G. V.; ZATERKA, S. II Consenso Brasileiro sobre *Helicobacter pylori*. **Arquivos de Gastroenterologia**, v. 42, n. 2, 2005.

DAWSON, H. *ET AL.* Validation of the International Tumor Budding Consensus Conference 2016 recommendations on tumor budding in stage I-IV colorectal cancer. **Human Pathology**, v. 85, 2019.

GUPTA, S.; SANKAR, J.; LODHA, R.; KABRA, S. K. Comparison of Prevalence and Outcomes of Pediatric Acute Respiratory Distress Syndrome Using Pediatric Acute Lung Injury Consensus Conference Criteria and Berlin Definition. **Front. Pediatr.**, v. 6, n. 32, 2018.

HENDRIKS, C. Lay Citizen Deliberations: Consensus conferences and planning cells. *In*: GASTIL, J.; LEVINE, P. (eds.). **The Deliberative Democracy Handbook: Strategies for**

effective civic engagement in the twenty-first century. San Francisco: Jossey-Bass, 2005. p. 80–110.

JUODZBALYS, Gintaras. PREFACE. The 2nd Baltic Osseointegration Academy and Lithuanian University of Health Sciences Consensus Conference 6 - 7 September 2019, Kaunas, Lithuania. **Journal of Oral & Maxillofacial Research**, v. 10, n. 3, 2019.

LEVEY, A. S. *ET AL.* Nomenclature for kidney function and disease: report of a Kidney Disease: Improving Global Outcomes (KDIGO) Consensus Conference. **Kidney International**, v. 97, 2020.

MCDONALD, D.; BAMMER, G. DEANE, P. **Research integration using dialogue methods.** [S. l.]: ANU E Press, 2009. Disponível em: <<https://press.anu.edu.au/publications/research-integration-using-dialogue-methods>>. Acesso em: 12 out. 2020.

PARTICIPATION & Sustainable Development in Europe. Disponível em: <<https://www.partizipation.at/en.html>>. Acesso em: 12 out. 2020.

SKORUPINSKI, B.; BARANZKE, H.; INGENSIEP, H. W.; MEINHARDT, M. Consensus conferences - a case study: PubliForum in Switzerland with special respect to the role of lay persons and ethics. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 20, n. 1, p. 37-52, 2006.